

# *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*

Lúcio Flávio de Almeida  
Editora da UFSC, Florianópolis, 2006.

FRANCISCO PEREIRA DE FARIAS\*

Combinando rigor teórico e pesquisa empírica, Lúcio Flávio de Almeida, em seu *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*, procura contestar uma literatura mais recente que afirma a disjuntiva entre o nacionalismo e o desenvolvimentismo nos governos do chamado período populista (1930-1964). Em sua análise, o autor operacionaliza uma definição do nacionalismo em termos abrangentes: essa prática político-ideológica tem um duplo papel de ocultar a dominação de classe e diminuir as desigualdades regionais. Nessa definição não

é necessária a sobreposição entre o nacionalismo e o antiimperialismo.

Esse enfoque permite a Lúcio de Almeida qualificar a política do governo Juscelino Kubitschek de um “nacionalismo triunfante”, cujas características são analisadas ao longo dos capítulos do livro e tratadas em dois níveis de argumentos: os conflitos interfrações da burguesia que concorrem para o tipo de política nacionalista do Estado; e os conflitos intra-aparelho do Estado na formulação e execução dessas políticas. Podemos apontar alguns dos elementos desse nacionalismo analisado pelo autor.

---

\* Professor de Ciência Política na UFPI.

Em relação ao papel de neutralizar a luta de classes, destaca-se a política industrial, vista como o carro-chefe do desenvolvimentismo do período JK. Para Juscelino, a forma mais eficaz de se contrapor à ameaça da revolução social era o país buscar a sua industrialização. A causa da insatisfação das classes populares era a pobreza econômica, decorrente de uma herança colonial que condenava o país à condição de exportador de bens primários e importador de produtos manufaturados. A industrialização era a forma de se romper com essa posição subordinada na divisão internacional do trabalho e se incorporar as massas nos benefícios do desenvolvimento. O Plano de Metas foi o instrumento dessa opção política, atuando frente aos principais obstáculos para a nova fase de industrialização, ou seja, criando uma infraestrutura (energia, transporte) e impulsionando as indústrias de base (incluía a automobilística). Esse Plano não tinha programas diretos de distribuição de renda; esta devia ser um efeito da expansão do emprego industrial. Segundo o autor, "Kubitschek se encontrava com sindicalistas, empresários internacionais e brasileiros, estimulando o conagraamento de todos eles" (Almeida, p. 200). O presidente, em sua mensagem de 1957 ao Congresso Nacional, explicitou que seu governo combatia indiretamente o comunismo "pelo fomento intensivo da riqueza nacional, pelo aumento da produção, pela elevação do padrão de vida dos nossos trabalhadores" (Kubitschek, citado em Almeida, p. 201).

No que diz respeito à função de integração das regiões, a gestão JK se notabilizou pela construção da nova capital do país, interiorizando a administração estatal, e pela criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, instrumento de uma descentralização dos capitais industriais da região pólo (Sudeste). O projeto de Brasília contou com o apoio de Celso Furtado, embora ele não desconhecesse que tal projeto tinha o significado para o governo de oferecer à oposição um alvo de atenção, desviando as críticas do programa desenvolvimentista, capitaneado pelo Plano de Metas. Celso Furtado foi o mentor e o primeiro diretor da SUDENE. Ao contrário do que se imagina, os obstáculos para se implementar essa política regional no governo JK não partiram das forças que saudavam o Plano de Metas, mas dos setores conservadores da região nordestina, preocupados com a sua perda de hegemonia no plano regional. Em *A formação econômica do Brasil*, Furtado havia alertado para o problema da integração regional do país, cujas tendências estavam se tornando desagregadoras.

Cabe acrescentar a política do governo JK frente ao capital estrangeiro. Tratava-se de uma política seletiva, a qual se expressava em dois níveis: a indução da transferência da ação dos capitais externos da esfera da circulação (comercialização, infraestrutura de serviços) para a esfera da produção (indústria automobilística, química, etc.); e o incentivo à competição entre os capi-

tais externos, a exemplo da participação de montadoras européias em concorrência com as empresas americanas na indústria automobilística. Tal postura mostrava uma política ambígua em relação ao capital estrangeiro, nem uma linha totalmente subserviente nem uma posição antiimperialista. Por um lado, o governo procurava atender em parte às pressões dos industriais nacionais, realizando em 1957 uma reforma de tarifas aduaneiras de caráter protecionista. Por outro lado, os favores e incentivos (de câmbio, fiscais e de crédito) postos à disposição dos investidores estrangeiros foram tão numerosos que sua participação na indústria automobilística ultrapassou em muito as previsões iniciais.

Segundo Almeida, as influências intelectuais de Kubitschek eram tipicamente cepalinas. O presidente, no estilo cepalino, denunciava a deterioração dos termos de troca. Para o presidente, a industrialização mudaria o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho. Mas isso sem deixar de contar com o apelo decisivo aos capitais estrangeiros. A postura frente ao capital estrangeiro era seletiva: para JK, existem “determinadas áreas de investimentos que, por motivos políticos e de segurança nacional, devem ser objeto de um esforço puramente nacional, conforme o dispõe a Constituição e as nossas leis” (Kubitschek, citado em Almeida, p. 199). Porém, fora essas áreas, se deveria “aceitar franca e lealmente o capital estrangeiro, não especulativo”

(Idem, *ibidem*). Conclui o autor que “Kubitschek, nacionalista, não era um antiimperialista” (Almeida, p. 199).

Para o autor, a visão da burguesia industrial convergia para a postura da burocracia do Estado: um “nacionalismo” (industrialização, descentralização regional do capital, seletividade frente ao capital estrangeiro) sem luta antiimperialista. A burguesia industrial não tinha a preocupação em promover um desenvolvimento econômico que resultasse na independência nacional. Isso não impedia que houvesse atritos, sem levar a uma ruptura política, entre a liderança dos industriais e setores da burocracia do Estado quanto ao projeto de industrialização. Enquanto os industriais defendiam, por exemplo, a presença do capital privado (nacional ou estrangeiro) nas áreas de energia elétrica e do petróleo, já segmentos da burocracia do Estado advogavam o domínio do capital estatal nessas áreas. No seio da classe dominante, a oposição política ao governo ficava por conta do capital mercantil (exportador-importador), que tinha uma posição não-industrialista e era contra restrições aos capitais externos.

No interior da burocracia do Estado, os conflitos se polarizavam entre, de um lado, os técnicos “cosmopolitas” e, de outro lado, os “nacionalistas”. Os cosmopolitas atribuíam ao capital estrangeiro uma maior responsabilidade na promoção do desenvolvimento brasileiro, ao mesmo tempo em que eles estimavam que a integração do país no

bloco internacional dirigido pelos Estados Unidos da América era necessária e desejável. A Fundação Getúlio Vargas e setores do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico compunham o centro do cosmopolitismo. Os nacionalistas serão definidos pela vontade de dar ao capital nacional, por raro que fosse, a direção efetiva do processo de desenvolvimento, e eles tendiam a ter uma posição de equidistância entre os dois blocos que se enfrentavam na guerra fria. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros e a Frente Parlamentar Nacionalista estavam na vanguarda do nacionalismo. Os interesses do capital mercantil encontravam-se mais ligados aos cosmopolitas, ao passo que a burguesia industrial tinha as suas aspirações mais próximas dos nacionalistas.

Na questão dos limites do nacionalismo do governo JK, merece referência o caso da política de energia nuclear. O autor mostra que o fracasso dessa política na implantação de usinas nucleares no país naquela conjuntura expressava a natureza do nacionalismo almejado, uma vez que a garantia do programa nuclear exigiria uma confrontação com os interesses das burguesias e dos Estados dos países centrais, em particular os EUA. O governo JK, ao instituir a Comissão Nacional de Energia Nuclear, retirou a política de energia atômica do âmbito do Conselho Nacional de Pesquisas, o qual se viu despojado de seu objetivo maior, favorável à troca de minérios atômicos brasileiros pelo *know-how* em energia nuclear por parte dos EUA. O governo,

ao contrário, permitiu a venda de monazita aos EUA em troca da aquisição de trigo, prejudicando inclusive o comércio desse produto agrícola com a Argentina e o Uruguai. O Plano de Metas previa a construção de uma usina elétrica nuclear, mas à época essa meta não foi concretizada.

Enfim, embora se trate de um nacionalismo moderado (não antiimperialista), para o autor o nacionalismo e o desenvolvimentismo andam de mãos juntas no Brasil em todo o período de 1930-1964, em especial nos anos do governo JK. A industrialização, expandindo o emprego, contribuiu para amortecer a luta de classes; e a construção de Brasília, desconcentrando o aparelho administrativo, simbolizou a nova política de integração nacional.

Caberia um comentário crítico. O significado do nacionalismo neste trabalho de Lúcio de Almeida correria o risco de parecer inespecífico, no sentido de ser válido para qualquer Estado burguês concreto — buscar neutralizar a luta de classes e integralizar as regiões do país. Em outro trabalho, *Ideologia nacional e nacionalismo* (1995), o autor abordou a questão do nacionalismo em termos da busca de uma “independência nacional” ou uma “soberania do Estado” no cenário internacional. Já aqui o uso do conceito de nacionalismo sem a nota do antiimperialismo poderia ser o fundamento para a sua rejeição da disjuntiva entre o nacionalismo e o desenvolvimentismo no período brasileiro de 1930-1964.

FARIAS, Francisco Pereira de. Resenha de: ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007, p.145-148.

***Palavras-chave:*** Nacionalismo; Dominação burguesa; Juscelino Kubtschek.